

EIXO TEMÁTICO 7: INFÂNCIAS NO CAMPO E EDUCAÇÃO INFANTIL

INFÂNCIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS CAMPONESAS A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL

CHILDHOOD, WORK AND EDUCATION: PEASANT MEMORIES FROM ORAL HISTORY

Thalia Lopes Pena Santos¹

Luana Patrícia Costa Silva²

Gildivan Francisco das Neves³

Resumo

Este artigo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, que teve sua origem em um estágio da educação de jovens, adultos e idosos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que foi fundamentado no método usado pelo autor Paulo Freire, em Angico, tivemos que investigar e trazer algumas palavras geradoras para desenvolver nossa intervenção. Dessa forma, houve um interesse em investigar a realidade vivida por Vó Paulina em suas vivências familiar em uma realidade camponesa, onde em suas lembranças, a sua infância foi cercada pelo trabalho. Isto posto, apresentaremos as discussões e conclusões obtidas no decorrer desta pesquisa sobre as trajetórias escolares e não escolares, modelo educacional presente em sua realidade e as vivências da infância de nossa interlocutora. Está escrita está fundamentada nos seguintes teóricos: Stropasolas(2015), Ferreira(2011), Brandão (1986), Marin (2018) dentre outros que foram utilizados para melhor compreendermos sobre o que está sendo abordado. No que se refere a abordagem da pesquisa, utilizou-se de pesquisa qualitativa com o método de história oral temática, onde para a recolha de informações, usou-se de entrevistas semiestruturadas. A partir de duas linhas iremos apresentar os resultados e impactos desta vivência na formação humana e subjetiva de Dona Paulina, minha avó, sendo elas: infância e uma perspectiva de Educação Rural e infância e uma perspectiva de Educação na Prática Rural.

Palavras-Chaves: Educação rural. Infância. Educação de Jovens e Adultos. Processo formativo.

¹ Graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Professora em Educação Especializada no Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE). Ubaíra. Bahia. Brasil. E-mail: tlpedagoga@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: luanacosta@ufrb.edu.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Professor substituto da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: gildivanfrancisco2022@gmail.com

Abstract

This article is an excerpt from a course conclusion work, which had its origins in an internship in the education of young people, adults and elderly people at the Federal University of Recôncavo da Bahia, which was based on the method used by the author Paulo Freire, in Angico, we had to investigate and bring some generating words to develop our intervention. Thus, there was an interest in investigating the reality experienced by Vó Paulina in her family experiences in a peasant reality, where in her memories, her childhood was surrounded by work. That said, we will present the discussions and conclusions obtained during this research on school and non-school trajectories, the educational model present in their reality and the childhood experiences of our interlocutor. This writing is based on the following theorists: Stropasolas (2015), Ferreira (2011), Brandão (1986), Marin (2018) among others that were used to better understand what is being addressed. Regarding the research approach, qualitative research was used with the thematic oral history method, where to collect information, semi-structured interviews were used. From two lines we will present the results and impacts of this experience on the human and subjective formation of Dona Paulina, my grandmother, namely: childhood and a perspective of Rural Education and childhood and a perspective of Education in Rural Practice.

Keywords: Rural education. Infancy. Youth and Adult Education. Training process

1. INTRODUÇÃO

História e memórias fazem parte de nosso ser, entender as história através do olhar de quem a vivenciou traz uma confiança subjetiva, assim história e saberes subjetivos de pessoas mais velhas são repassado e/ou ensinados para seus descendentes através de rodas de conversas, por meio da troca de saberes, em ritos e religiões distintas, em vivências ou até mesmo em pesquisa acadêmica ao qual o interlocutor passa os seus saberes e informações para o pesquisador, este, por sua vez, tem um papel investigativo, que busca compreender como aconteceu, em um recorte temporal/temático no período de vivência do seu interlocutor.

Em concordância a proposta da pesquisa, a abordagem utilizada neste trabalho sucedeu-se de história oral temática, esta que é feita em grupos de sujeitos que estão inseridos em determinado evento/momento histórico, mas que busca de maneira individualizada o ponto de vista de cada um, de acordo com Meihy e Holanda (2015) "torna-se um meio de busca de esclarecimento de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias." (MEIHY, HOLANDA, 2015, p.39) Deste modo, em conformidade com o objetivo traçado de investigar as trajetórias escolares e não escolares, modelo educacional presente em sua realidade e as vivências da infância de nossa interlocutora,

minha avó, Paulina Cerqueira Lopes, uma mulher, lavradora de 68 anos, filha de João Martiliano Lopes e Benedita Cerqueira Lopes, nascida na zona rural de Duas Barras, zona rural situada entre o município de Mutuípe-Ba e Amargosa-Ba, mãe de sete filhos, avó de dezesseis netos e um bisneto, Iyalorixá a 55 anos, trabalha na corrente espiritual da Umbanda, atualmente morando na cidade de Ubaíra-Ba. Para esta pesquisa, usou-se da história oral temática, que através de relatos vivenciados pela nossa interlocutora e extraído por meio de uma entrevista pré-estabelecida, buscou esclarecimentos sobre sua infância e o trabalho em seu contexto educacional.

Em uma breve conversa com ela ainda no período do estágio, e quando a mesma ainda não era minha interlocutora a questioneei, pois durante a realização das intervenções, onde outras pessoas da mesma faixa etária também estavam participando e relatando algumas brincadeiras e até mesmo cantigas infantis que faziam em um período de lazer em suas vivências na infância, ela não demonstrava conhecimento ao que estava sendo apresentado. Segundo seus relatos, ela, nossa interlocutora, não dispôs de uma "infância digna onde tinha tempo para brincar ou até mesmo estudar pois desde muito cedo precisou ir ajudar sua mãe nas lavouras".

Em diversos momentos observou-se a vontade e esforços que ela empenhava na realização das atividades e sua participação nas aulas, a felicidade daquele momento, e desde então, por não concordar com o fato de direitos básicos terem sido negados a ela e não somente ela, mas a milhares de pessoas que em meio ao trabalho duro acabou-se por perder esse período de infância, essa inquietude foi crucial para poder investigar o que ocorreu naquele período. E é dessa forma que buscaremos entender esse período pelo ponto de vista da interlocutora.

Seguindo ideias das autoras, que analisam as diversas infâncias no período dos anos 60, que mostra como fator primordial no contexto social dessas infâncias o trabalho, em que trazem a releitura de autobiografias que relatam em infância pobre de brincadeiras e brinquedos e a necessidade do trabalho desde muito cedo, sendo este auxílio no trabalho indispensável para a sobrevivência familiar. Portanto, esta pesquisa traça como objetivo apresentar as vivências e trajetórias escolares e não escolares de Vó Paulina, em sua formação cidadã, através de história oral temática.

2. INFÂNCIA E SEUS DESDOBRAMENTO

2.1 Infância e uma perspectiva de Educação Rural

O período que se entende como infância tem uma durabilidade desde o nascimento até os doze anos, onde inicia a adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que segue a Constituição Federal (1988), define a infância como o período que vai de 0 ano de idade a 10 anos, determina que para o pleno desenvolvimento da criança, seja necessário estar devidamente matriculada e ter frequência em uma instituição escolar.

Esta lei não se aplica a realidade de nossa interlocutora, nascida em uma sociedade que prezava desde muito cedo o trabalho como princípio educativo e forma de desenvolvimento, contribuíram para que os seus deveres fossem ajudar sua família, seja nos afazeres de casa ou no campo de lavoura era essencial na formação cidadã destas crianças. Desde muito pequena nossa interlocutora frequentava os campos de trabalho, segundo seus relatos, ela adentra nesse lugar ainda com sete anos de idade como a seguir relata,

a minha infância o meu trabalho foi desde os sete anos, eu trabalhava em roça de cacau, panderano cacau, partino, limpano bananeira... a minha infância foi essa, derna de sete anos[...] minha infância foi trabalhando, eu não tive infância de vaidade, eu não tive infância de sair, não tive infância de passear, não tive, não tive estudo, eu não tive nada disso (Paulina, 2023).

Percebemos, assim, que desde muito cedo a infância que lhe era oferecida, e não somente a ela, como aos seus irmãos, era a de ajudar no provento da casa, inserindo essas crianças no mundo do trabalho desde muito cedo. Sobre isso, Marin (2018) seguindo as ideias expressas por Brandão (1986) escreve que:

a ajuda dos filhos nos trabalhos domésticos e agrícolas decorria da necessidade de redução de custo com a contratação de trabalhadores assalariados e da possibilidade de parte dos trabalhos ser realizado por crianças e, com melhor rendimento, por adolescentes. (MARIN, 2018, p. 52)

Quando a interlocutora traz que “não teve infância de vaidade” e elenca todas outras coisas que deixou de ser vivenciada (hoje entendido como direitos negados), é como se naquele período que ela vivia, esse momento de lazer era resguardado apenas para quem era privilegiado, demonstrando em sua fala a desigualdade social que era vivenciada por crianças, filhos das classes trabalhadora camponesa.

A realidade da nossa colaboradora naquele momento era, moradora da zona rural, onde morava com mais sete irmãos e que todos foram inseridos também no campo de trabalho, na lavoura. Uma educação que tinha como modelo o trabalho e que foi passada por gerações, vinda de seu pai para com os filhos. Sobre isso Stropasolas comenta que

o trabalho, fonte e condição básica para a sobrevivência e reprodução dos membros familiares, é afirmado como um atributo singular do caráter familiar na agricultura, cujas peculiaridades e contornos procuram ser transmitidos para as futuras gerações (STROPASOLAS, 2006, p.133)

Colaborando com a ideia dessa cultura de trabalho que é presente dentro do contexto social que a interlocutora está inserida, o contexto camponês, e de acordo com costumes e regras que são internalizados e precisam ser seguidos, inspirado nas ideias de Durkheim (1970), o autor Salles (2005) traz que “a criança deve ser submetida à ordem pela internalização dos costumes, das normas, dos valores sociais e dos significados simbólicos estabelecidos socialmente.” (Salles, 2005, p.35)

Com isso, dando seguimento ao nosso estudo e dialogando com as narrativas tão singulares de Vó Paulinha, trazendo relatos de sua infância, questionada como acontecia esse período importante na vida de uma criança, se ela não teve momentos de brincadeiras no quintal, frente de casas com seus irmãos, algo que proporcionasse um momento mínimo de lazer, então ela nos respondeu da seguinte forma “Não... oh, sabe cólera a brincadeira da gente? Era assim um pedaço de pau, boneca de pano que minha mãe fazia, aquelas bruxas veia de pano vei (risadas) ia brincar ente mermo irmãos[...] (Paulina, 2023)”

Corroborando com isso, ela ainda continua nos dizendo que o dia em que podia “brincar” era no domingo enquanto a sua mãe, na casa de farinha, os deixava brincar ali no terreno onde estava situada, mesmo assim o tipo de brincadeira nos chama a atenção por não se separar de uma maneira de trabalho, nos informando qual era o caminho dessa brincadeira que elas iriam realizar naquele momento, quando nos diz que:

mas cólera as brincadeiras? Fazer os fogos, ela ia lá ensinar comera que a gente botava comida no fogo (risadas) brincadeira desgraçada, aí a gente ia cozinhar aquilo ali, pra condo fosse mei dia juntar aqueles meninos ali comer, a gente voltava ia pra bica lavar os pratos, guardar, lavar as panelas, cabou, limpar a casa de farinha pá segunda feira começar a raspar mandioca. (Paulina, 2023)

Percebemos que, era imposto por sua mãe que essas crianças numa perspectiva de

"ajudar" aos demais pudessem em seu momento de “brincadeira”, colaborar com aquele momento, nos afazeres de “casa”. Em nenhum momento a interlocutora traz em suas memórias algum dia que estivesse somente brincando sem nenhum propósito de trabalho. Há aqui uma imposição/condição por parte do adulto, que é uma figura respeitada, de interferência na socialização desta criança, contido então a ideia de que a criança é um ser sujeitado e não sujeito (SALLES, 2005, p.38).

Durante um longo período da história a figura da criança não era respeitada, não se tinha a noção de que esta, estava em um período de desenvolvimento com suas especificidades que deveria ser acolhida e respeitada, o que prevalecia era o poder do adulto sobre a criança, e esta segunda, estando exposta às condições que era imposta. Corroborando com a ideia de desigualdade existente neste período, Salles (2005) comenta

Mesmo que haja uma pluralidade de infâncias, adolescências e juventudes em função das diferenças concretas das condições de vida existentes na sociedade, a criança e o jovem são tutelados pelo adulto, já que são desiguais a eles. (SALLES, 2005, p.37)

Percebendo o contexto em que a mesma se encontra inserida, constata-se que, a criança era uma responsabilidade de seus pais, estes, mantendo a hierarquização para com eles, desta forma, com essa figuração de tal poder, elas tinham que os ajudar em suas tarefas de casa e trabalhos braçais nos campos de lavoura, de acordo com Marin (2018, p. 47) “sob a perspectiva de agricultores familiares, o trabalho de crianças no âmbito domiciliar integra processos de socialização e formação de futuros herdeiros e trabalhadores”.

A falta de políticas públicas que atendesse aos direitos das crianças que desde os tempos medievais eram tidas como a figura de um mini adulto, sem um olhar sensível para com eles, somente veio pensar em direitos de proteção à infância ao final do século XX, uma das convenções na perspectiva de proteção a criança foi o da “Unicef, por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, reafirmou a concepção de que as crianças são sujeitos de direitos econômicos, sociais, culturais e civis.”(MARIN, 2018, p.49) E continua, com “as crianças constituem-se, portanto, sujeitos de direitos próprios e com necessidades de proteção social, específica e integral, a serem garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado” (MARIN, 2018, p.49), desta forma garantido o direito da criança e preservação da infância, ele ainda traz um conceito de desenvolvimento integral da criança onde tem

como construção universal, defende o valor intrínseco da criança como ser humano, a necessidade de respeito à sua condição de pessoa em processo de desenvolvimento, o seu valor prospectivo como portadora da continuidade de sua família, de seu povo e da espécie humana, bem como o reconhecimento de sua vulnerabilidade social. (MARIN, 2018, p.49)

Infelizmente essa evolução não chegou a atingir a realidade de nossa colaboradora, que tinha como marca forte esses direitos negados, tendo como principal modelo na educação familiar, o trabalho, que segundo Marin (2018) o trabalho infantil na perspectiva dos agricultores eram [...]nas unidades agrícolas familiares, o trabalho de crianças sempre integrou estratégias de socialização das novas gerações e de complementação da força de trabalho nas atividades agrícolas e domésticas. (MARIN, 2018, p.52)

2.2 Infância e uma perspectiva de Educação na Prática Rural

Teoricamente a educação rural foi deixada de lado por muito tempo, apesar de ainda se fazer presente em várias escolinhas localizadas nos territórios camponeses, porém há registro de avanços em torno de mudanças nesse contexto final do século XX, que com ajuda de movimentos em torno da temática fizeram com que existissem inúmeros debates e construções que repolitizam a temática. Como salienta Queiroz (2011)

Entende-se que este avanço na legislação quanto à questão específica da oferta de educação para a população rural foi o resultado da articulação dos movimentos sociais e do acúmulo das várias experiências já existentes, tais como, os Centros Familiares de Formação por Alternância, as escolas do MST, a escola ativa, as reivindicações e experiências educativas do movimento sindical, entre outras. (QUEIROZ, 2011, p.40).

O pensamento de estudiosos que se fizeram figuras importantes nos avanços do debate da Educação do Campo, visavam uma estrutura Pedagógica educacional que atendesse as populações camponesas de maneira real, com um currículo pensado diretamente para eles e seu vínculo com a terra, suas temporalidades, costumes e territórios de origem. Sobre a corrente ruralista da educação, Moraes (2014) aponta que “para os ruralistas pedagógicos a escola deveria ser adequada ao ambiente onde estava localizada. Deveria, ainda, atender às necessidades das áreas rurais e preparar os estudantes para o trabalho agrícola. (MORAES, 2014, p.3).

A colaboradora de nossa pesquisa relata em diversos momentos que não frequentou uma escola de ensino regular. A época em que nossa interlocutora está na "idade escolar" tivemos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei

4.024/61 onde Lima e Junior (2016) trazem que “seus dispositivos mais significativos eram: tanto o setor público como o setor privado têm o direito de ministrar o ensino em todos os níveis; estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais” (LIMA & JUNIOR, 2016, p.4), ou seja, mesmo com esse aparato, esse direito não chegou até a realidade dela, pois a educação era centrada nos territórios urbanos.

Quando questionada se tinha em algum momento da vida contato com a escola ou com alguma coisa parecida com ensino escolar, ela relatou que

[...]nunca frequentei escola, a escola, quando vim frequentar a escola eu tinha meus 14 a 15 anos, assim mermo não foi, foi o Mobral, uma, uma vizinha, aí eu já morava na pimenteira uma menina ensinava a gente de noite o mobral, mas foi pouco tempo também, uns negócios de três mês, quatro mês por aí e cabou, a gente saiu. [...] (Paulina, 2023).

Desta forma, como vimos em seus relatos, ela adentra no momento em que é ofertado esse modelo educacional, em uma idade que hoje não se considera a própria e ainda assim não conseguiu concluir com o objetivo básico deste modelo educacional - aprender o B-A-Bá e a escrita do nome -, e quando questionada o porquê de não ter conseguido dar seguimento ao estudo, ela nos diz:

porque a moça não ia mais dá o Mobral eu trabalhava o dia todo, tinha noite que não podia ir, que eu ia trabalhar lá na casa do pai de santo e aí pronto, e ela também parou de dar o Mobral que ela foi, ela era uma professora que ela não era formada, ela tava estudando, aí foi liberado pela prefeitura pra dar aula na roça. (Paulina, 2023).

De acordo com a nossa entrevistada, a pessoa a qual ministrava as aulas para eles era uma mulher que ainda estava para concluir o ensino básico, então a mesma estudava no período da manhã, a tarde ensinava os meninos mais novos e a noite ensinava a faixa etária de nossa interlocutora na época. Seguindo as informações conseguida através dos relatos de nossa interlocutora, sinalizo aqui sobre o ensino ser ministrado por professores que não tinham formação adequada, muitas vezes não passando da 4ª série, estas chamadas de “professoras leigas” por sua condição de formação acadêmica - ou a falta dela.

Durante esse período - e ainda hoje - era comum ver pessoas que eram próximas de prefeitos e/ou conhecia alguém que era e que conseguiam esse emprego, por não ser muito desejados por outros profissionais, por conta das condições, lonjura e salário, dessa maneira a educação rural era precária, sem muitas condições estruturais e pedagógicas em comparação a educação urbana, pois a escolha de professores era dada por

posicionamento político, Ferreira (2011, p.107) ressalta que “historicamente, presenciou-se no território rural uma educação desprestigiada, em que se escolhe o professor não pelo perfil, formação ou competência, mas por sua atuação política”.

Quando surge o movimento Mobral na realidade camponesa, o intuito principal do governo era um número expressivo de pessoas “alfabetizadas” para garantirem o direito ao voto, assim, aumentando as demandas dessas professoras nesse lugar, como traz Marques (2016, p.102): “ao partirem desse princípio, os políticos, principalmente naquele contexto, empenharam-se para que o maior número de pessoas fosse alfabetizado”. Assim, desconsiderando os saberes contidos naquele espaço o qual estava inserido, desvalorizando também a formação adequada para que pudessem lecionar.

Quando questionada onde acontecia esse ensino, ela nos relata que dentro de uma casa que era cedida na comunidade, para que ali pudessem ser ministradas estas aulas, relatando que era

dentro de casa, tinha uma sala própria pra ela dar aula, de dia ensinava os meninos no meio turno, ela ia de manhã pro colégio em Mutuípe, de meio dia ela chegava, ensinava os meninos pela tarde era a filha de Maria Fasta viu, ensinava os meninos pela tarde e de noite dava o curso de Mobral a gente. (Paulina, 2023).

Sobre isso Ferreira (2011, p.112) colabora quando diz que

Quanto à estrutura física, algumas escolas ainda funcionam em antigas casas de trabalhadores das fazendas, que foram cedidas e adaptadas, deixando a desejar[...]historicamente, é sabido que as condições de trabalho e material didático nunca foram favoráveis no/ao meio rural.

Retratando a precariedade que existia e ainda existe até os dias atuais em torno da Educação do Campo⁴, onde há descaso com estruturas físicas, pedagógicas e de recursos para as escolas localizadas nas áreas camponesas, com intuito de precarização do ensino na perspectiva de alocarem os alunos para escolas distantes do campo, esvaziando assim esses locais, ficando propício para a expropriação de terras que posteriormente servirá para o agronegócio. No período que essa “professora leiga” estava prestes a se formar, o Mobral teve sua extinção e então não a substituíram e essas crianças ficaram sem ensino. Só restou o desejo de continuidade, por um ensino que mesmo precário, estava colaborando para aprenderem o mínimo... que era assinar o nome. Este desejo é expresso

⁴ O atual cenário em torno da Educação do Campo é preocupante, está acontecendo um movimento vinculado a perspectivas de esvaziamento do campo, isso é refletido a partir do fechamento em massa de escolas do campo, alocando as crianças para escolas nucleadas (lê-se distantes das suas comunidades). O intuito é o esvaziamento das comunidades e consequentemente a expropriação das terras para servir ao agronegócio.

na fala de Vó Paulina, quando ela diz “era porque se ainda tivesse, ainda ia cansada assim mesmo, cansada de tá sentada cochilano... mas eu ia, mas só que não teve” (Paulina, 2023).

Nossa colaboradora relata que depois desse momento não houve mais contato nenhum com modelo escolar, e mesmo nesse período, citado anteriormente, ela não conseguiu aprender a ler. Conseguiu aprender a escrever seu nome porque pediu às amigas que fizessem em um papel avulso para que ela quando tivesse um tempinho conseguisse ir treinando, isto para que quando ela fosse fazer a emissão de documentos, pudesse assinar seu nome “[...] eu mandava a menina botar no papel ali eu ia pegano aquele nome e escreveno embaixo ôh[...]elas escrevia no papel ai quando era de noite que eu chegava do trabalho eu sentava na mesa e ai eu ia escrever meu nome, tentar aprender fazer o nome. (Paulina, 2023).

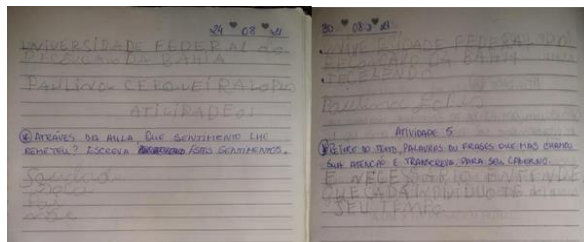
O esforço exposto nessa fala em aprender a fazer o nome, se deu por um grande movimento para que alfabetizasse um grande quantitativo de pessoas na perspectiva de uma política assistencialista e não por melhoramento na educação.

Depois desse momento com o Mobral, não houve quaisquer outro no distrito em que morava, Pimenteira, área rural do Município de Mutuípe, Bahia, e quando enfim foi morar na cidade não conseguiu voltar ao ambiente escolar, pois se casou e o marido não permitia a sua ida para a escola por conta da cultura forte de submissão, onde a mulher não poderia sair para esse ambiente e tão pouco utilizar de formas para evitar a gravidez, pois para eles “correria” o risco de adultério.

Retratando que quando houve a separação, não teve mais condições de ir até a escola pois seu trabalho aumentou e não tinha mais como voltar. Passado muito tempo, ela volta ao ambiente “escolar”, agora com 65 anos de idade, em uma intervenção de estágio supervisionado de Prática Reflexiva de Educação de Jovens e Adultos, ofertado pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. No curso de Pedagogia as aulas aconteciam remotamente, dado o contexto da Pandemia, assim, a proposta do estágio foi de que os estudantes trabalhassem o processo de alfabetização com algum membro da família, é nesse contexto que escolho minha avó, nossa interlocutora nesse estudo. Diante de tais proposituras, nossa interlocutora volta na condição de aluna de sua neta. Inicialmente quando foi convidada a participar desse momento houve pensamento de recusa, pois segundo ela: “não tinha mais idade” e/ou “não iria saber responder ao que se perguntasse” por que em sua visão a universidade é o grau mais alto de estudo e dessa forma inferiorizando seus saberes populares. A figura 1

mostra as atividades que eram propostas no estágio e que foram desenvolvidas por nossa colaboradora durante as aulas, com o auxílio na escrita, porém com as respostas exclusivamente dela.

Figura 1: Atividade de Vó Paulina durante a intervenção do Estágio supervisionado de Prática Reflexiva de Educação de Jovens e Adultos, Pedagogia/CFP/UFRB.



Fonte: Registro dos autores

Na figura 2 é possível observar a nossa interlocutora assistindo a aula que foi remota, respondendo o que estava sendo proposto naquele momento da aula, sempre concentrada no que as colegas traziam como proposta das aulas.

Figura 2: Participação de Vó Paulina nas intervenções de Estágio supervisionado de Prática Reflexiva de Educação de Jovens e Adultos, Pedagogia/CFP/UFRB.



Fonte: Registro dos autores

Em um de seus relatos nas aulas, ela sinaliza que a idade que ela retrata que se deu a sua entrada nos campos da lavoura foi aos sete anos de idade, desta forma, tendo como principal referência na prática os aprendizados que eram passados sobre o campo de lavoura, para que a mesma pudesse trabalhar corretamente ali, assim ela nos diz que “era assim sete anos começamo todo mundo, filhos de mãe, todo mundo trabalhar[...]” sobre isso Brandão afirma que “não é sequer imaginada a possibilidade de uma criança, após os seis anos (quando não antes) não ser incorporada às atividades de trabalho e produção da família.” (BRANDÃO, 1986, p.32). Desta forma, trazendo como era comum - e ainda é - na cultura dessas famílias rurais a inserção destas crianças nos campos de trabalho.

2.3 Educação do Campo e Popular: outras possibilidades

Durante a caminhada acadêmica, fruímos do privilégio de estagiar no período pandêmico, com o componente de educação de jovens, adultos e idosos, escolhermos em

nossa realidade daquele momento uma pessoa que não possuísse uma formação educacional escolar, desta forma, a escolha que tive para realizar a intervenção foi minha avó, onde observando-a e pesquisando o seu universo vocabular, elaborei intervenção de acordo com a sua realidade.

A proposta de estágio que baseada no método de alfabetização que o autor Paulo freire desenvolveu em sua caminhada como impulsionador na educação popular, tinha em seu desenvolvimento a investigação do universo vocabular de nossa aluna, buscando as palavras e temas geradores, em seguida contextualizamos a nossa proposta de intervenção, codificando e decodificando essas palavras e temas e por fim, problematizamos e mostramos a realidade que diversas pessoas de diferentes locais estavam vivendo, onde em muitas delas o trabalho era intenso e outras ainda tinha alguns momentos de distrações que não estava ligado diretamente ao trabalho. Mas, através de debates com outras colegas, podemos mostrá-las que mesmo que elas considerassem normal, infelizmente não era, toda aquela situação era fruto das desigualdades sociais expostas para a realidade camponesa naquele momento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, por meio das narrativas da entrevistada, e esclarecendo o nosso objetivo geral, as trajetórias escolares e não escolares, modelo educacional presente em sua realidade e as vivências da infância de nossa interlocutora, tivemos por conclusão que, as trajetórias educacional presente em sua vida, se deu pelo viés do trabalho, não estando inserida no chão escolar por vários os motivos, primeiro por questões de políticas públicas que atendesse a população rural, população a qual estava inserida, onde pudemos perceber que a educação rural nas décadas de 1960-1990 passou por diversos movimentos educacionais, desde a conjuntura de seu reconhecimento como uma população que merecia um currículo pedagógico centrado nas condições e realidade da população do campo, até as condições estruturais necessárias para que esse ensino pudessem ser de forma digna e que surgisse resultados.

Outro motivo que afastou a nossa interlocutora da escola, ocorreu por ajudar a sua família na renda e no trabalho do campo. A realidade vivenciada por muitas pessoas da população rural naquela época fazia com que seus pais, visse em seus filhos uma mão de obra barata na lida do campo, com argumentos de estar preparados para o que

possivelmente no futuro seria deles, desta forma os afastando de momentos nas escolas e momentos de brincadeiras, coisas que normalmente fazem parte da infância.

4. REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **Parentes e parceiros: relações de parentesco e relações familiares de produção entre camponeses de Diolândia**. In: BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). *Campesinato goiano: três estudos*. Goiânia: Editora UFG, 1986. p. 15-82.
- FERREIRA, L. G. **Histórias de vida de professoras rurais: apontamentos sobre questões históricas e políticas de formação**. Revista da Faeba. Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 20, n. 36, p. 105-113, jul./dez. 2011.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças**. Desidades, número 21 . ano 6 . out-dez 2018
- MARQUES, Tatyane Gomes et al. **Práticas docentes de professoras leigas em escolas no campo: uma análise das histórias de vida**. Cadernoscenpec. São Paulo, v.6, n.1, p.96-119, jan./jun. 2016.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como pensar**. 2.ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.
- MORAES, Agnes Iara Domingos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. **Circulação de modelos educacionais para a educação primária Rural no Brasil (1910-1971)**. Faculdade de Filosofia e Ciência/Unesp-Marília – Agência financiadora: CAPES, 2014.
- NEVES, Simone Aparecida e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Representações Da Infância Em Memórias E Autobiografias - Minas Gerais (1900-1960)**. História da Educação [online]. 2016, v. 20, n. 48 [Acessado 5 Janeiro 2023], pp. 259-280. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/49458>>. ISSN 22363459. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/49458>.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 14, nº. 18, pp. 37-46 Jan-jun./2011
- SALLES, Leila Maria Ferreira. **Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos**. Estudos de Psicologia I Campinas I22(1) I 33-41 I janeiro -. março 2005.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.